

**UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ-UVA
INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS VALE DO ACARAÚ-IVA
Ciências Contábeis**

ANTÔNIA EDNA PINTO FORTE RIBEIRO

**O USO DA AUDITORIA COMO FERRAMENTA DA CONTABILIDADE PARA
AUXILIAR NA MELHOR EXECUÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA-CE**

SOBRAL – CE
2018

ANTÔNIA EDNA PINTO FORTE RIBEIRO

**O USO DA AUDITORIA COMO FERRAMENTA DA CONTABILIDADE PARA
AUXILIAR NA MELHOR EXECUÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA-CE**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis do Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú - IVA, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Antônia Rosemeire Moraes Ribeiro Portela

SOBRAL – CE
2018

ANTÔNIA EDNA PINTO FORTE RIBEIRO

**O USO DA AUDITORIA COMO FERRAMENTA DA CONTABILIDADE PARA
AUXILIAR NA MELHOR EXECUÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA-CE**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis do Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú - IVA, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Monografia aprovada em __/__/__

COMISSÃO EXAMINADORA

Antônia Rosemeire Morais Ribeiro Portela - Orientadora
Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú – IVA

Ricardo César Alves Torres - Especialista
Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú – IVA

Francisca Jessica Mouta Lima Sousa - Coordenadora do Curso
Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú – IVA

SOBRAL – CE
2018

Aos meus pais, Adalberto Pinto Cunha e Luiza Barroso Forte, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre está comigo, me dando sabedoria, discernimento e proteção.

Agradeço a toda família Barroso, Forte, Cunha e Medeiros, que sempre me deram força para cursar o ensino superior e por sempre estar ao meu lado em toda e qualquer circunstância.

Agradecer a minha orientadora Antônia Rosemeire Moraes Ribeiro Portela que esteve me conduzindo e orientando paciente e carinhosamente durante o desenvolver deste trabalho, bem como aos demais mestres que encontrei no decorrer de minha trajetória academia, os quais me subsidiaram no caminho que trilhei em busca da realização do meu objetivo maior, até o presente momento, possuir o Ensino Superior.

Agradecer ao Prefeito Municipal de Irauçuba – CE, Raimundo Nonato Sousa Silva, que além de ser gestor de uma bela empresa pública em acessão, também e principalmente, é amigo de minha família, assim como Antônia Zelândia Sousa Silva, Secretaria de Finanças da empresa onde foi desenvolvido este estudo, a qual nunca mediu esforços para colaborar comigo seja qual fosse a situação vivenciada, não agindo diferente no que diz respeito a este estudo.

Agradeço aos meus colegas de turma, em especial Adriana Lima Cunha, que alegraram minhas noites e, conseqüentemente, tornaram menos árdua a realidade de trabalhar e estudar.

Agradeço aos meus ex chefes e sempre amigos Marcos Nunes e Wladis Jeronimo, pelo demasiado incentivo e apoio em minha trajetória profissional e acadêmica.

Agradeço as minhas amigas Madalena Medeiros e Vilar Lima por me ouvirem e compartilharem junto a mim momentos delicados da minha vida, em especial o cuidar da minha mãezinha.

Agradeço a minha amiga Danielle Firmino, por compartilhar junto a mim os anseios da produção de um trabalho monográfico.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

O sucesso é uma consequência e não um objetivo.
Gustave Flaubert

RESUMO

A auditoria interna no setor público constitui-se por meio de um conjunto de normas e procedimentos, tendo como foco o exame da adequação, a eficácia e a legalidade dos controles internos, dos atos, fatos e das informações contábeis, financeiras e operacionais das unidades públicas. Nesse sentido, o presente trabalho monográfico tem como objetivo identificar como a auditoria interna é executada no âmbito da Prefeitura Municipal de Irauçuba – CE e quais as consequências acarretadas pela mesma, buscando a significação de insights surgidos no caminho percorrido em direção ao entendimento do processo de auditoria interna. Para tanto foi realizada discussão sobre os conceitos inerentes a temática principal desse estudo e suas vertentes, como contabilidade, auditoria, sistemas de informação e administração pública. Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica, de campo, quanto a abordagem qualitativa descritiva, no qual foram obtidos dados coletados através de entrevistas junto a três profissionais: Controlador, Contador/Auditor e a Secretária de Finanças/Contadora, tendo sido o objeto de estudo sediado no paço da Prefeitura Municipal de Irauçuba- CE. Quanto aos resultados da pesquisa constatou-se que a auditoria interna na Prefeitura Municipal de Irauçuba conta com o suporte de uma assessoria independente e uma controladoria, possibilitando a realização da auditoria no controle interno, fazendo assim com que a empresa tenha uma visão mais ampla do seu patrimônio, além de maior consciência de suas decisões e/ou ações organizacionais, além de promover alicerce os administradores da empresa, através de suas técnicas e procedimentos específicos.

Palavras-chave: Administração Pública. Auditoria. Contabilidade.

ABSTRACT

Internal auditing in the public sector is constituted by a set of rules and procedures, focused on examining the adequacy, effectiveness and legality of internal controls, acts, facts and accounting, financial and operational information of the units public policies. In this sense, the present monographic work aims to identify how the internal audit is performed within the scope of the Municipality of Irauçuba - CE and what consequences it entails, seeking the meaning of insights that have arisen along the way towards the understanding of the process of internal audit. For that, a discussion was carried out on the concepts inherent to the main theme of this study and its aspects, such as accounting, auditing, information systems and public administration. This study is characterized by a bibliographical research, in the field, and the descriptive qualitative approach, in which data were collected through interviews with three professionals: Controller, Accountant / Auditor and the Secretary of Finance / Accountant object of study based in the city hall of Irauçuba- CE. Regarding the results of the research, it was verified that the internal audit in the Municipality of Irauçuba counts on the support of an independent advisory and a controller, enabling the accomplishment of the audit in the internal control, thus giving the company a broader view of the its assets, in addition to greater awareness of its decisions and / or organizational actions, in addition to promoting the company's management through its specific techniques and procedures.

Key words: Public Administration. Audit. Accounting.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA

Figura 1	Organograma da Prefeitura Municipal de Irauçuba.....	34
-----------------	--	----

TABELA

Tabela 1	Diferenças básicas entre auditoria interna e externa.....	28
-----------------	---	----

Tabela 2	Perfil dos respondentes.....	35
-----------------	------------------------------	----

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AUDIBRA	Instituto dos Auditores Interno do Brasil
ART.	Artigo
CE.	Ceará
CFC.	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
LRF.	Lei de Responsabilidade Fiscal
NCB.	Normas Brasileiras de Contabilidade
PMI	Prefeitura Municipal de Irauçuba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 METODOLOGIA	14
1.3.1 Caracterização da Pesquisa	15
1.3.2 Instrumentos de Coleta de Dados	15
1.3.3 Análises de Resultados	15
2 CONTABILIDADE	16
2.1 OBJETO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE	17
2.2 CONTABILIDADE E SEUS USUÁRIOS	18
2.3 CONTABILIDADE COMO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	19
3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	22
3.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E SEUS EFEITOS SOCIAIS	24
4. AUDITORIA	26
4.1 MODALIDADES DE AUDITORIA	27
4.1.1 Auditoria Interna	29
4.1.1 Auditoria Externa	31
4.2 ORIGEM DA AUDITORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	32
5 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO	33
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
6.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	35
6.2 PERGUNTAS OBJETIVAS DA PESQUISA	36
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

A procura incansável das empresas por uma gestão eficaz e consequente índice adequado de produção não se restringe apenas a instituições privadas, dentro da administração pública tal busca se apresenta tão acentuada quando, seja por razões meramente administrativas, ou por questões de cunho governamental, o que implica diretamente em fiscalizações.

A utilização de ferramentas que auxiliam no processo administrativo, seja este referente a tomada de decisões, levantamento de dados internos ou externos, informações físicas, financeiras, contábeis, entre outros vem gradativamente ganhando espaço e valorização dentro das organizações, independente do cunho privado ou público destas. Nos órgãos públicos, que é o enfoque deste estudo, as informações devem ser organizadas de maneira a possibilitar o manejo, e controle efetivo de suas atividades. Assim, para gerir uma empresa se faz necessário possuir sistema de informações bem estruturado. Silva (2009) afirma que um sistema de informações estruturado que gere informações quantitativas e qualitativas dará ao administrador de qualquer empresa condições para o devido direcionamento em suas decisões.

Dentro deste contexto de conhecimento de informações, controle interno de administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que é um código de conduta para os administradores públicos de todo o país, possuindo valor relevante para os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), tem por objetivo melhorar a administração das contas públicas, e para tanto traz em seu artigo 59, a importância de se institucionalizar um cargo ou unidade que assuma o papel de coordenação e avaliação, aprimorando o sistema de controle interno da organização.

Trazendo está discussão para o âmbito municipal, dentro de um Prefeitura existem vários setores de controle interno, onde se destacam orçamento, financeiro e patrimonial. Para que um controle seja executado de forma útil a vivencia da empresa, os dados e informações devem ser gerados de forma consciente, precisa e confiável, a juízo de terceiros, indispensáveis ou não para o processo de avaliação de resultados.

Neste sentido a contabilidade se destaca na medida em que é uma ciência cuja função principal é fornecer informações precisas e responsáveis para que as decisões sejam tomadas com o máximo de segurança. As informações e dados fornecidos pela contabilidade representam

ferramentas de gestão, que servirão de apoio e suporte à tomada de decisão, devendo fazer parte da rotina empresarial.

Em busca de atender as expectativas supramencionadas dentro de uma Prefeitura, a contabilidade se utiliza de uma de suas ferramentas mais eficazes, a auditoria, uma vez que tal ferramenta se faz essencial na identificação de possíveis erros, irregularidades e fraudes no controle interno e externo das empresas, sendo realizadas através de uma busca minuciosa de informações e relatórios elaborados direta e indiretamente frente ao patrimônio das empresas.

Este estudo aborda a auditoria em sua modalidade interna, uma vez que o objeto de trabalho é a auditoria aplicada na Prefeitura Municipal de Irauçuba –CE, na medida em que a auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficiência dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.

Portanto, a auditoria interna possibilita que a empresa tenha uma visão mais ampla de seu patrimônio, conscientizando, bem como alicerçando assim os proprietários e admiradores da empresa, através de suas técnicas e procedimentos específicos, sendo está realizada por um colaborador da própria empresa.

Neste sentido, o presente estudo justifica-se por sua relevância e contribuição frente aos conhecimentos teóricos e práticos mediante a temática nesta abordada, visando a resolução de futuras questões indagativas tanto na esfera literária como em situações reais em meios acadêmicos, empresariais e a sociedade como um todo.

A presente monografia está organizada em seis capítulos, de forma a obter uma melhor compreensão da mesma. Com isso, o primeiro capítulo apresenta-se a introdução, o problema da pesquisa, objetivo geral e específicos pretendidos, seguidos dos aspectos metodológicos que, explanam a abordagem da pesquisa e o instrumento de coleta de dados para a realização deste trabalho,

No segundo capítulo contém a fundamentação teórica que dá sustentação ao estudo. Nele são abordados temas como os objetos, objetivo, usuários e contribuições da contabilidade, bem como a contabilidade como um sistema de informações na administração de empresas.

Em um terceiro momento deste estudo, é trazido a superfície a temática questões pertinentes a Administração Pública, sua ênfase direta e efeitos sociais. No quarto capítulo é abordado a temática da auditoria, suas modalidades (interna e externa) e seu potencial como

ferramenta da contabilidade, abordando ainda neste a origem da auditoria na administração pública

Posteriormente, o quinto capítulo apresenta a caracterização do ambiente de estudo, a saber: peço da Prefeitura Municipal de Irauçuba - CE. Seguido a isto, o sexto capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados da pesquisa. Por fim, este estudo traz à conclusão sobre as análises realizadas no estudo, seguidas das referências bibliográficas da pesquisa, apêndice e anexos.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

No início do pensamento sobre uma determinada pesquisa é essencial que o pesquisador se indague sobre quais questões que pretende responder com tal estudo. A indagação pontua que existe algo a ser respondido, caso não haja o que se questionar sobre certas temáticas, significa que não existe necessidade da realização de pesquisas sobre as mesmas.

Para Roesch (2007, p. 90) o problema de uma pesquisa pode ser definido da seguinte forma:

Um problema pode ser definido tanto a partir da observação, como da teoria, ou ainda de um método que se queira testar. No contexto de um projeto de prática profissional, um problema é uma situação não resolvida, mas também pode ser a identificação de oportunidades até então não percebidas pela organização. De qualquer modo, o ponto essencial é que os alunos dependem obrigatoriamente do acesso a organização.

Dessa maneira, diante da valorização que é depositada pelo meio acadêmico ao processo de auditoria como ferramenta na contabilidade enquanto estruturador dos procedimentos realizados frente a uma empresa em busca de seu êxito, bem como a visível estabilidade ascendente da Prefeitura Municipal de Irauçuba – CE, surgiu a seguinte inquietação: De que forma a auditoria é percebida, executada e auxilia a gestão pública do município de Irauçuba – CE?

1.2 OBJETIVOS

A seguir são apresentados os objetivos geral e específicos a serem alcançados através da realização da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

- Identificar como a auditoria interna é executada no âmbito da Prefeitura Municipal de Irauçuba – CE e quais as consequências acarretadas pela mesma.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Suscitar quais os principais conceitos de contabilidade e auditoria, bem como a relação existente entre esses e o sistema de informação na administração de empresas, em especial as de cunho público;
- Apontar quais os benefícios trazidos pelo processo de auditoria, ressaltando a importância da auditoria interna;
- Verificar a forma como a auditoria interna contribuindo processo decisório.

1.3 METODOLOGIA

O presente trabalho realiza um estudo usando o método de pesquisa teórico, esse tipo de método é aplicado para renovar teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, controvérsias e contendas pertinentes. O método teórico não sugere imediata intervenção na realidade, porém não deixa de ser importante, já que seu papel é crucial na elaboração de condições para que ocorra algum tipo de intervenção. A forma bibliográfica é a mais básica do método teórico.

De acordo com Leopardi (2002), a pesquisa bibliográfica é usada quando o tema impõe uma análise de publicações, para reconhecer sua frequência, regularidade, tipos, assuntos examinados, métodos empregados. É necessário o acesso à bibliografia disponível para análise do tema, tempo e cuidados sobre a uniformidade dos registros.

1.3.1 Caracterização da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo com cunho qualitativo-descritivo, ao passo que para Gil (2002) essas são pesquisas que envolvem uma grande variedade de materiais empíricos, onde sua principal finalidade é o delineamento e/ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas e definição de variáveis principais. As pesquisas qualitativas-descritivas podem fazer uso de várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários, tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre a população (SAINT-PIERRE, 2004).

1.3.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Nesta pesquisa foi utilizado como instrumentos de coleta de dados, uma entrevista semiestruturada composta por 13 (treze) questões, das quais 06 (seis) são de caráter sociodemográficas que objetivaram identificar o indivíduo e 07 (sete) referentes ao estudo realizado, tal questionário, foi aplicado ao auditor da Prefeitura Municipal de Irauçuba - CE. De acordo com May (2004, p. 146), na pesquisa semiestruturada, as questões colocadas pelo entrevistador dão espaço para que o entrevistado exponha sua concepção sobre determinado assunto no momento em que estiver respondendo ao questionário, sem que fuja da ideia apresentada na referida entrevista.

A pesquisa utilizada nesse estudo torna possível que ao longo do mesmo se identifique e caracterize os processos e procedimentos de auditoria que contribuem e/ou agregam ao setor de contabilidade da empresa alvo, de acordo com os esclarecimentos descritos nos tópicos deste trabalho mediante a nossa temática principal.

1.3.3 Análises de Resultados

Para analisar os dados foi utilizada uma adaptação do método de análise do conteúdo proposto por Bardin. Para Oliveira (2008) a análise do conteúdo permite: O acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época e análise das representações sociais sobre determinado objeto.

2 CONTABILIDADE

Ao se deparar com informações de que o homem na civilização antiga já procurava meios para registrar os fatos corriqueiros do seu dia a dia, a exemplo das escrituras e/ou desenhos nas cavernas, percebe-se que a contabilidade sempre esteve presente na história da sociedade, fosse em forma de controle ou organização.

Os autores Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009), apontam que “já existiam registros de fundamentos contábeis há cerca de 4.000 a.C., verificados na história da antiga Suméria, da Mesopotâmia e do Antigo Reino Egípcio, como controle de bens”.

Esses e tantos outros antecedentes históricos foram os responsáveis pela tomada de consciência de que havia necessidade de uma ciência contábil, que abarcasse questões de cálculos envolvendo aspectos de controle, transações, lucros e patrimônio, tendo em vista que o conteúdo gerado por uma empresa, ou determinado grupo social, deve ser percebido não apenas como um simples objeto de observação ou dado gerado, fornecido, armazenado, perdido e/ou acumulado, mas sim como conteúdo a ser estudado, analisado e descrito de forma a contemplar todo seu processo, contendo informações passadas, presentes e apontando possíveis dados futuros. Para Basso (2005, p.2) contabilidade vem a ser:

Um conjunto ordenado de conhecimentos, leis, princípios e método de evidenciação próprios, é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativo (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de normas, preceitos e regras gerais, se constituiu na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômico-financeira.

Em outros termos Ferreira (2004, p. 1), apresenta contabilidade como “a ciência que estuda o patrimônio do ponto de vista econômico e financeiro, bem como os princípios e as técnicas necessárias ao controle, à exposição e à análise dos elementos patrimoniais e de suas modificações”.

Dessa forma, a contabilidade surge como a ciência responsável por realizar o registro técnico e seguros de todas as ações e/ou transações monetárias de uma empresa, bem como suas consequências. Na medida em que a contabilidade registra de forma adequada e correta todos os fatos e atos ocorridos, controlando-os de maneira organizada, favorecendo com isso a análise dos

mesmos através de demonstrativos, com finalidade de obter a situação econômico-financeira que vivenciada pela organização, apresentando-se assim como uma importante ferramenta de gestão, sendo de suma importância no processo de toma de decisões.

2.1 OBJETO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

Estudos apresentam que o principal objeto da contabilidade é o patrimônio. Marques (2016, apud Herman Junior, 1972, 45 p.) aponta que “a Contabilidade tem por objeto a medida dos valores econômicos e a sua aplicação na avaliação da fortuna dos indivíduos”, Favero et. al. (1997, p. 21) vem contribuindo com tal afirmativa ao repassar que “a ideia de que o objeto da Contabilidade era o controle da riqueza administrada, sem dúvida trouxe grandes benefícios ao estudo contábil”. Basso (2005, p. 25) expõe que:

A informação, dado relevante que evidencia algo importante no processo decisório das entidades, é preocupação constante de executivos, administradores e demais pessoas que tomam decisões no dia-a-dia das organizações. Hoje, mais do que antes, recai sobre a Contabilidade a tarefa de produzir informações, especialmente sobre aspectos do seu objeto de estudo, ou seja, sobre o patrimônio e suas variações.

Assim, a contabilidade tem como finalidade fundamental gerar informações de ordem física, econômica e financeira sobre o patrimônio, com ênfase para o controle e planejamento.

Quanto aos objetivos da contabilidade, a Resolução 774 do CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC, 2008; postula que:

O objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob ótica pragmática, a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

Conforme Iudícibus (2000, p. 26) apresenta que:

O objetivo básico da Contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais (na atualidade, o objetivo da Contabilidade envolve

os aspectos de produtividade e os sociais). Não conhecemos suficientemente, ainda, os detalhes de cada modelo decisório de cada usuário. Enquanto isso não for conseguido, não poderemos atender igualmente bem, em todo e qualquer tempo, a todos os usuários. A alternativa é formar um arquivo-base de informação contábil capaz de fornecer saídas, periodicamente, de utilidade para as metas de maior número possível de usuários. O sistema deveria ter capacidade para gerar relatórios da exceção para finalidades informativas especiais. Os relatórios contábeis tradicionais deveriam ter poder preditivo e vir acompanhados de quadros informativos suplementares, demonstrando informações históricas e preditivas sobre indicadores de interesse para os vários usuários.

Contudo, o objetivo básico da contabilidade, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas a quem for de direito, através de uma análise minuciosa do patrimônio e suas movimentações. Salienta-se ainda que a formulação e exposição dessas informações devem estar de encontro com sua finalidade, utilidade e confiabilidade.

Marques (2006, apud Most1977, p. 107), considera que os objetivos da Contabilidade podem se alternar de acordo com a característica do usuário:

1. A visão de que os usuários das demonstrações financeiras são desconhecidos e têm diversos interesses: Daqui pode-se deduzir que o demonstrativo financeiro deve conter dados, em vez de informações.
2. A visão de que os usuários das demonstrações financeiras são conhecidos e têm um interesse específico: Daqui se pode deduzir que as demonstrações financeiras devem conter informações relevantes aos modelos de decisão de cada usuário especificamente, considerando-se o conceito de "números diferentes para diferentes finalidades".

Nesse contexto, uma vez que a contabilidade tem como objeto o patrimônio e objetivo a comunicação da situação patrimonial das entidades, em determinado período, aos seus usuários, a análise financeira da situação patrimonial de uma entidade transcende apenas aos relatórios contábeis, os quais subsidiaram a tomada de decisão, de acordo com fins e necessidades empresariais.

2.2 CONTABILIDADE, SEUS USUÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES

Os usuários da contabilidade, segundo Ribeiro, Lopes e Pederneiras (2009), são todas as pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade como titulares, sócios, acionistas, administradores, fornecedores, bancos e etc. De forma

mais categórica, Horngren, SundemStratton (2004, p. 4), apresenta os usuários da informação contábil em três categorias:

1. Gestores internos que usam a informação para o planejamento e controle, a curto prazo, de operações rotineiras.
2. Gestores internos que usam a informação para tornar decisões não rotineiras (por exemplo, investir em equipamentos, determinar o preço de produtos e serviços, decidir a que produtos dar relevo ou não) e formular as políticas gerias e planos de longo prazo.
3. Usuários externos, tais como investidores e autoridades governamentais, que usam a informação para tomar decisões a respeito da empresa.

Face o exposto, se compreende que as informações geradas pela contabilidade para tomada de decisões racionais, servem tanto para os usuários internos quanto para os externos, visando contribuir para o desenvolvimento de mecanismos capazes de inventariar, classificar, registrar, demonstrar, avaliar e explicar os dados sobre a atividade social de uma entidade.

Assim, para Macêdo et. al (2008) os usuários que estão diretamente vinculados a partir do ambiente em que se localizam, tal como administradores e empregados, e aqueles que estariam vinculados externamente à entidade, participando dela ou não. Nesse último caso, o autor cita como exemplo, o governo e seus órgãos, seus investidores e seus credores.

Nesse sentido, os usuários internos seriam os proprietários, gerentes e administradores e os externos seriam fornecedores, clientes, instituições de créditos, sindicatos, governos, acionistas, bancos e etc. Os usuários internos buscam informações que demonstrem a capacidade e realidade financeira e econômica da empresa com objetivo de avaliar, respectivamente, o seu empreendimento e a estabilidade de emprego. Já os usuários externos buscam informações que atendam a peculiaridade de cada um, ou seja, buscam informações expressas nas demonstrações contábeis.

2.3 CONTABILIDADE COMO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Entre as décadas de 50 e 90 a valorização das informações geradas no e para o âmbito empresarial ganhou um sentido a mais do que meramente burocrático e/ou de controle e

gerenciamento empresarial, passando a ser considerada como um recurso estratégico, passivo de colocar as empresas em posição de vantagem competitiva, vindo a garantir sua sobrevivência no mercado. Neste sentido, de forma a correlacionar sistema de informações na administração de empresas e contabilidade, Padoveze (2010) pontua que a ciência contábil se traduz naturalmente dentro de um sistema de informação, já que a própria Contabilidade nasceu sob a arquitetura de sistema informacional.

Para Costa (2002, p. 9) a “informação contábil é o produto da contabilidade sendo através dela, principalmente, que o contador expressa a sua importância nas organizações” e complementa que ela “deve ser útil e relevante para quem irá utilizá-la como informação para a tomada de decisão”. Quanto a essa afirmativa, a Resolução n. 785/08 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) apresenta que as informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece. O mesmo documento normativo demonstra quatro atributos indispensáveis à informação contábil:

- Confiabilidade que é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação;
- Tempestividade que refere-se ao fato de a informação contábil dever chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins;
- Compreensibilidade que a informação contábil deve ser exposta na forma mais compreensível ao usuário a que se destine; e
- Comparabilidade que deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo, numa mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas.

Assim, na medida em que Maximiano (2000) apresenta administração como “um processo de tomar decisões, tendo como enfoque principal as organizações”, se entende que existe uma ligação direta entre administração e contabilidade, no tocante em que a contabilidade busca contribuir com a gestão em seu processo de tomada de decisões.

Reforçando a afirmativa acima, Lopes de Sá (2008) em seu artigo para o portal da Administração, em que este ressalta a importância da união entre as ciências de contabilidade e

administração, apontando que “A união de tais conhecimentos é tão significativa que a doutrina científica da Administração nasceu em berço contábil”, acrescentando ainda que:

A função do administrador muito mais se acentua paralelamente a uma responsabilidade maior, exigindo deste uma gestão não só estrategicamente planejada, mas, a busca de um apoio singular em modelos de comportamento da riqueza o que só a Contabilidade Científica pode oferecer.

Portanto, compreende-se que a contabilidade tem o papel de gerar informações que venham a auxiliar a administração, respaldando as deliberações a serem executadas nas empresas. Nesse sentido, a contabilidade detém o domínio das informações e consequentes ações de uma empresa. Assim, conforme expressa Tasso (2005 p.1), “Se existe um lugar onde estão centralizados todos os atos de gestão ele encontra-se na Contabilidade”.

Contudo, a contabilidade não deve ser confundida com um mero instrumento para gerar informações, na medida em que tal ciência permite explicar os fenômenos patrimoniais, construir modelos de análises, fazer previsões para exercícios seguintes, entre outras funções. Neste tocante, Horngren (1986, p. 4), colabora com o seguinte pensamento sobre contabilidade, pontuando que “um sistema contábil é um meio formal de se reunirem dados para ajudar e coordenar decisões coletivas à luz das metas ou objetivos gerais de uma organização”, sistema contábil este que possui três finalidades, segundo este mesmo autor, a saber:

Um sistema contábil eficaz dá informações para três finalidades: Relatórios internos para administradores, utilizados no planejamento e no controle das atividades de rotina; relatórios internos para uso na tomada de decisões especiais e nos planos em longo prazo; relatórios externos para acionistas, governo e outros que se interessam pela organização.

Segundo a afirmativa do autor, é por meio de levantamento de dados expressos em relatórios internos e externos de mensuração e avaliação, a empresa possui artifícios seguros para direcionar de maneira consciente, adequada e me tempo hábil suas próximas ações. Assim, a contabilidade assume o papel de atuar como um instrumento administrativo e de suporte ao planejamento da entidade para identificação, categorização e determinação dos objetivos empresariais

3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Todos os países possuem uma maneira de administração pública, seja qual for sua forma de governo ou organização política. É por meio da administração pública que se torna possível aos governantes cumprir as funções básicas do governo, de maneira a tratar o bem público da melhor forma que se é admissível.

Historicamente, se constata que a administração pública - cujos princípios e características não devem ser confundidos com os da administração das empresas privadas – evoluiu, segundo Azevedo (2015) através de três modelos básicos, sendo estes: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial.

- Administração Pública Patrimonialista (1889 a 1930) – Nesse modelo de administração é comum haver uma certa confusão entre o patrimônio público, o Estado e o patrimônio particular do detentor do poder. Portanto, são mais frequentes práticas de corrupção e nepotismo.
- Administração Pública Burocrática – Emergiu em meados do século XIX e sua principal característica é defender a coisa pública. O modelo burocrático enfatiza aspectos formais, controle dos processos decisórios, rígida hierarquia das funções com base em princípios profissionais e formais.
- Administração Pública Gerencial – Destacou-se na segunda metade do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior.

Assim, o modelo de administração patrimonialista aparece como a distinção entre o que é público e o que é privado, onde o sistema de gestão não é realizado de forma compartilhada, sendo um período da história marcado pela submissão e de uma sobrevivência básica. Resumia-se a ideia do poder absoluto do rei, onde a figura do súdito, bem como seus anseios eram totalmente excluídos.

Já a administração pública burocrática é voltada ao controle da forma de proceder, sem se preocupar em questionar se toda a atividade desempenhada gera resultados pelo menos aceitáveis, colocando mais uma vez o cidadão em papel secundário frente aos interesses governamentais. Por sua vez, o modelo vigente no Brasil, ou seja, a administração pública

gerencial visa integrar a participação da sociedade civil com os agentes públicos e privados dando ênfase aos resultados e à eficiência administrativa objetivando defender a coisa pública.

A reforma da administração pública brasileira, objetiva viabilizar o ajuste fiscal, principalmente dos estados e municípios, tornando mais eficiente a administração pública, visando o cidadão como beneficiário de seus serviços. As transformações exigidas, para a administração pública, originaram-se da mudança de consciência dos cidadãos, no tocante em que a sociedade civil passou a perceber que a administração burocrática não correspondia às demandas que a sociedade civil apresentava aos governos, bem como de que suas exigências, ao Estado, eram muito superiores ao ofertado. (SANTOS, 2012)

A doutrina administrativista costuma apresentar a administração pública tendo como base seus sentidos formal, material e operacional, valendo-se das ideias do aparelhamento estatal, da atividade pública e da necessidade de seu desempenho contínuo. Investindo nesses critérios Meirelles (2003, p.63), afirma que:

Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. A Administração não pratica atos de governo; pratica, tão-somente, atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes. São os chamados atos administrativos, que, por sua variedade e importância, merecem estudo em capítulo especial.

Conduzido pela perspectiva supracitada de administração pública, o administrador público visa cumprir de forma contínua as atividades administrativas, devendo seguir princípios que atendam a coletividade, princípios esses que estão consagrados no art. 37 da Constituição Federal de 2000, a saber:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

Lima (2007, p. 55-57) apresenta os seguintes significados quanto os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:

- Legalidade: os órgãos e as entidades públicas devem obediência estrita à lei.
- Impessoalidade: não admite tratemos diferenciados, sendo todos exigidos e atendidos da mesma maneira.
- Moralidade: a gestão pública deve pautar-se num código moral de aceitação pública.
- Publicidade: todos os atos e os fatos da Administração Pública são públicos.
- Eficiência: diferente a eficiência considera no setor privado, a eficiência no setor público pressupõe ações e atividades que contribuam para o bem comum, não apenas para a qualidade aliada a redução de custo.

Neste sentido, a administração pública é o gerenciamento de interesses de acordo com a lei, a moral e a finalidade dos bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do Direito e da Moral, visando ao bem comum. A administração pública ainda se divide em Administração Direta (centralizada) e Administração Indireta (descentralizada). Cunha (2004) aponta que a administração pública indireta diz respeito às autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista com suas categorias de entidades, apresentando personalidade jurídica própria. Este estudo se deterá a contemplar a administração pública direta.

3.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E SEUS EFEITOS SOCIAIS

De acordo com o Decreto-Lei 200/67 a administração direta, constitui-se “dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios” (art. 4º) (BRASIL, 2000). Contudo, Meirelles (2003) pontua que a administração é constituída de órgãos, e não propriamente de serviços, o que torna falho seu conceito normativo, se tornando dessa forma mais adequado se referir a administração direta como “o conjunto dos órgãos integrados na estrutura administrativa da União”.

Nesse sentido, sendo os órgãos constituintes da administração direta integrantes da própria estrutura administrativa do Estado, se entende que não são pessoas jurídicas distintas,

servindo apenas como entes totalmente subordinados ao poder central e que desempenham funções específicas.

A administração pública direta é definida por Cunha (2004) como um conjunto de pessoas jurídicas de Direito Público, a saber: Administração Pública Direta Federal; Administração Pública Direta Estadual; Administração Pública Direta Municipal e Administração Pública Direta do Distrito Federal. Com exceção da administração pública Municipal, a qual não possui poder judiciário local, todos os demais níveis a administração pública direta são compostos pelos poderes Executivos, Legislativos e Judiciários.

Dentro dessas quatro esferas de administração pública supracitadas, o cidadão é visto como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços, onde como cliente-cidadão é visto dotado de necessidades, e a administração pública tem o papel de buscar atender a tais necessidades. Os efeitos sociais, pelo menos os almejados, segundo Mansoldo (2009):

Correspondem a uma sociedade satisfeita com o serviço público, pois este se resume em eficiência e esta, por sua vez, representa a agilidade em atender às necessidades apresentadas pelo cidadão. Uma Administração Pública que reconhece o valor de seu cliente, que busca atender de forma eficaz, preocupando-se com o resultado de seus serviços.

Assim, o sistema de administração pública deve ter seus preceitos voltados para realização de suas atribuições com qualidade, buscando se orientar através das técnicas administrativas, conduzindo suas ações a eficiência dos serviços públicos. Apresentando como características: privilegiar a população, os direitos públicos e à obtenção de resultados outorgando aos agentes públicos confiança.

Para Moraes (2004) o princípio da eficiência requer direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, tendo como características a imparcialidade, a neutralidade, a transparência e a eficácia. Modesto (2001), acrescenta ainda a ideia acima exposta que, existem duas dimensões que se conferem ao princípio da eficiência, sendo elas a exigência da economicidade e avaliação de resultado as quais devem conviver com o controle de legalidade. Assim, o princípio da eficiência possui a incumbência de gerar mudanças no comportamento funcional da administração, tendo o dever da boa administração, tanto no que diz respeito à otimização dos meios quanto a qualidade do agir final, da decisão. Devendo ser compreendida tanto qualitativa como quantitativamente.

4 AUDITORIA

O surgimento da Auditoria está ligado diretamente à Contabilidade. Reforçando tal afirmativa, Franco (2001 p. 26) pontua que "Para mensurar a adequação e confiabilidade dos registros contábeis, a contabilidade utiliza-se também de uma técnica que lhe é própria, chamada de auditoria".

No tocante em que a contabilidade surgiu com o objetivo de controlar o patrimônio das empresas mediante os registros, preparação das demonstrações, interpretação e fornecimento dos fatos ocorridos, com a finalidade de fornecer informações sobre a gestão patrimonial; a Auditoria, por sua vez, opina sobre a adequação deste processo.

Historicamente, segundo Sá (2000 p. 22) no Brasil, foi após a edição da Lei nº 4.728, de julho de 1965 e a Resolução nº 317, do Conselho Federal de Contabilidade, que consolidou o mercado de capitais e promoveu a obrigatoriedade a todas as empresas que tivessem suas ações no mercado de capitais e, por conseguinte, com registro de emissão no Banco Central do Brasil, a terem auditorias.

O surgimento da auditoria foi pensado e/ou determinado pela necessidade de comprovação dos registros contábeis, em seguida pelo crescimento das empresas, bem como o aparecimento das sociedades anônimas, a utilização de capitais de terceiros nas empresas, o controle do Poder Público sobre as empresas particulares e entidades e a exportação de capitais de empresas multinacionais. Contudo sua aplicabilidade era geralmente percebida de maneira reduzida, onde sua função e contribuição era restringida a verificação dos registros contábeis, todavia com o passar do tempo a auditoria passou a ser vista como detentora de uma maior gama de possibilidades dentro do processo administrativo. Basso (2000, p. 12) define a auditoria como:

O exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, interna e externa, relacionada com controle do patrimônio, com o objetivo de comprovar se os registros contábeis foram executados dentro dos princípios de contabilidade e se as demonstrações contábeis dele decorrentes refletem adequadamente a situação econômico – financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e outras situações nelas demonstradas.

Assim, a auditoria se constitui em um processo de estudo de tudo relacionado com o controle do patrimônio da empresa, como também avaliação dos procedimentos, demonstrando

sua importância e viabilidade por meio de normas e padrões de ordem técnica e ética explicitamente determinados, vindo a tomar posição de fundamental no sistema de informações, medição de desempenho e prestação de contas da administração.

Diante de seu processo de constituição da auditoria, Franco e Marra (2001) apontam como objetivo desta a execução da ação preventiva, saneadora e moralizadora, confirmando assim a realidade dos registros e a confiabilidade dos comprovantes, a fim de dar parecer sobre uma possível adaptação das situações e informações contidas nos relatórios e demonstrações contábeis.

Na medida em que a auditoria avalia a qualidade das demonstrações contábeis e todo o seu conteúdo, não sendo sua principal tarefa a descoberta de erros, mas através de seus procedimentos acaba os apurando, seu objetivo finda na análise de dados, independente do resultado a ser encontrado, tendo como maior interesse apresentar a exatidão dos registros contábeis.

No âmbito da administração pública, Sá (2006) menciona que a auditoria teve início a partir da Portaria nº 34, pela Portaria GB-nº 69, de 28 do mesmo mês e ano, do Ministro da Fazenda, e tendo em vista o estatuído no art. 2º do Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, combinado com o Decreto nº 67.090, de 20 de agosto de 1970, que “estabelece normas de controle interno, fixa procedimentos de inspeção para o Serviço Público Federal”, aprova o Manual de Auditoria-Procedimentos na Administração Direta, Autarquias e Fundações, que tem por finalidade estabelecer os procedimentos que deverão ser observados na atividade da inspeção realizada no âmbito da Administração Direta.

Enquanto atividade executada no setor público, a auditoria se apresenta como uma prática de auxílio aos gestores, bem como para a sociedade como um todo, pois é por meio da auditoria que se torna possível obter parecer quanto a retidão das ações da administração.

4.1 MODALIDADES DE AUDITORIA

Segundo Crepaldi (2012) existem duas modalidades de Auditoria que são desempenhadas de maneiras semelhantes, porém guardam diferenças e objetivos diferentes uma da outra. Estes dois tipos são denominados de Auditoria Externa e Auditoria Interna, ambas são voltadas para assuntos relativos ao âmbito da contabilidade.

Ainda segundo o autor supracitado, tanto a auditoria interna como a auditoria externa buscam verificar a existência de:

- Um sistema efetivo de controle interno para salvaguardar o patrimônio da empresa e que este sistema esteja funcionando satisfatoriamente e dentro das normas legais e internas da empresa;
- Um sistema contábil capaz de fornecer os dados necessários para permitir a preparação de demonstrações contábeis que reflitam com propriedade a posição contábil e o resultado das operações da empresa.

Assim, embora existam algumas semelhanças entre tais modalidades, é imprescindível que o profissional responsável por executar a auditoria tenha total consciência dos procedimentos a serem realizados no processo de auditoria, bem como de suas finalidades, além da distinção de suas modalidades. Almeida (2003), destaca as seguintes características sobre auditoria interna e auditoria externa:

TABELA 1- Diferenças básicas entre auditoria interna e externa

ITENS	AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
Profissional	Com vínculo empregatício com a empresa auditada.	Sem vínculo empregatício com a empresa auditada e contratação por tempo pré-determinado.
Usuário	Empresa.	Empresa, órgãos governamentais, credores, clientes, investidores em geral, entre outros usuários.
Objetivo	Assessorar a administração da empresa averiguando a qualidade do controle interno e de sua efetiva aplicação.	Verificar se as demonstrações contábeis refletem a real situação da empresa e se estão de acordo com os princípios e normas contábeis.
Obrigatoriedade	Facultativa. Entretanto, nas instituições bancárias é obrigatória, bem como nas empresas de capital aberto.	Obrigatória para as empresas de capital aberto
Resultados	Relatório de recomendações/sugestões à administração.	Parecer sobre demonstrações contábeis e financeiras.

Fonte: adaptado Almeida (2003)

Abaixo, contempla-se de forma mais abrangente as características de ambas auditorias.

4.1.1 Auditoria Interna

A auditoria interna consiste em atividades vinculadas à mais alta administração, sendo seu objetivo primordial o acompanhar os negócios da empresa, de forma permanente, por meio de auditores voltados exclusivamente aos trabalhos dessa organização, sendo realizada de forma periódica e conseqüentemente, com maior grau de profundidade.

Segundo o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – Audibra (1971), a missão básica da auditoria interna é:

Emitir a opinião conclusiva ou considerações a respeito das operações examinadas, avaliarem os fluxos dos sistemas, plano de controle interno e desempenho da organização ou de qualquer de seus segmentos; auxiliar a Alta Administração e demais membros do corpo gerencial da organização a se desincumbirem de maneira eficaz de suas responsabilidades.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T-12:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

A atividade de Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008, p. 300)

Assim a empresa que se faz valer da ferramenta da auditoria interna tende a se beneficiar especialmente em questões referentes a liderança e eficácia execução e manutenção de suas tarefas, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações, sugestões e informações relacionadas as atividades examinadas. Ao se posicionar sobre auditoria interna, Crepaldi (2012, p. 65) menciona que:

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional

ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial.

Realizando uma releitura da colocação do autor, é possível conceber a auditoria interna como sendo atuante, independente e qualificada, estando diretamente relacionada com a administração empresarial. Sendo constituída por um conjunto de procedimentos que tem por finalidade examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos. Martinelli (2002, p. 15) coloca que:

O objetivo da auditoria interna é auxiliar todos os membros da administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas. O auditor interno interessa-se por qualquer fase das atividades do negócio em que possa ser útil à administração. Isto pressupõe sua incursão em campos além dos de contabilidade e finanças, a fim de obter uma visão completa das operações submetidas a exame.

Na auditoria interna, o auditor é funcionário da empresa, e executa uma auditoria contábil e operacional, busca informações necessárias para auxiliar na elaboração e manutenção de um adequado sistema de controle interno da empresa, para que as metas determinadas pela administração das instituições sejam atingidas, prevenindo falhas no decorrer das atividades. Quanto ao papel do auditor interno Attie (2010, p. 175) enfatiza que:

Apesar de seu vínculo à empresa, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da empresa o cumprimento daquelas que lhe cabem. Ele deve exercer sua função com total obediência às normas de auditoria e o vínculo de emprego não lhe deve tirar a independência profissional, pois sua subordinação à administração da empresa deve ser apenas com o aspecto funcional.

Dessa forma, o auditor interno mesmo sendo funcionário da empresa deve ter como prioridade as normas da auditoria, não permitindo assim que a administração da empresa interfira na execução de suas funções. O auditor interno tem ainda como função trazer à tona os pontos fracos da empresa ou de algum setor específico, determinando as causas, avaliando as consequências e encontrando uma solução de modo a convencer os responsáveis a agir.

Assim como também a auditoria interna tem suas vantagens, ela também apresenta desvantagens, o fato do auditor interno manter grande parte do tempo dentro da organização,

mais próximo dos funcionários, isso pode influenciar nas tomadas de decisões erradas ou até mesmo desviada do foco que a empresa busca.

De acordo com Franco e Marra (2001, p. 219)

A desvantagem da auditoria interna é o risco de que os funcionários do departamento de auditoria sejam envolvidos pela rotina do trabalho e só examinem aquilo que lhe é oferecido para exame. Além disso, os laços de amizade e o coleguismo que podem advir entre funcionários desse departamento e dos demais setores da empresa poderão provocar um arrefecimento no rigor dos controles e na fiscalização dos serviços. Essa situação poderá gerar desvirtuamento da função e contribuir para a perda de força moral que os auditores internos devem ter em relação a todos os demais elementos que atuam na empresa, inclusive aos administradores.

Portanto a postura do auditor interno deve estar de acordo o código de ética, tendo em vista que o mesmo possui acesso a documentos e informações sigilosas, por esse motivo há a necessidade de descrição, pois são de grande importância as decisões tomadas e o controle que o auditor interno mantém, assim podendo ter êxito no crescimento e desenvolvimento da empresa e diminuindo a chance de fracasso da mesma.

4.1.2 Auditoria Externa

A auditoria externa surgiu da necessidade que os administradores tiveram para obter informações com mais veracidade no que está relacionado às demonstrações contábeis que a mesma dispõe, a partir disto os investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem feitas por um profissional que não possuísse vínculo empregatício ou qualquer tipo de parentesco com a empresa, garantindo assim um parecer sem nenhum tipo de interferência pessoal, sendo este, um auditor externo. De acordo com Crepaldi (2012, p.46) a auditoria externa

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, às mutações do Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade audita de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. A auditoria externa é executada por profissional independente sem ligação com o quadro da empresa. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços. Os testes e indagações se espalham por onde haja necessidade de levantar questões elucidativas para conclusão do trabalho ajustado.

Dessa maneira, vê-se que a auditoria externa é formada, assim como a auditoria interna, por um conjunto de procedimentos técnicos com o intuito de emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis da empresa. Objetiva saber a real situação e a posição patrimonial e financeira da entidade, o resultado das operações e as mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado.

A auditoria externa tem como finalidade a escrituração e demonstração contábeis, a fim de fornecer parecer confirmando a veracidade dos dados fornecidos pelas demonstrações contábeis, uma vez realizado o preciso exame destes e, para que não exista qualquer ameaça de fraude no exame dos dados fornecidos, o auditor deve ser contratado por meio de uma empresa terceirizada.

Reforçando tal afirmativa, Pinheiro e Cunha (2003, p. 35) colocam que a auditoria externa é aquela exercida por profissional liberal ou independente, sem qualquer subordinação com a empresa, tendo como objetivo principal expressar a opinião se as demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos, bem como se esses princípios foram aplicados de maneira consistente em relação ao período anterior.

4.2 ORIGEM DA AUDITORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A auditoria no âmbito da administração pública teve início a partir da Portaria nº 34, de 11 de maio de 1976, onde o Inspetor Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 2º, item IV, e 38, item XVII, do regimento aprovado pelo Decreto nº 64.136, de 25 de fevereiro de 1969, implementado pela Portaria GB-nº 69, de 28 do mesmo mês e ano, do Ministro da Fazenda, e tendo em vista o estatuído no art. 2º do Decreto nº 64.175, de 06 de março de 1969, combinado com o Decreto nº 67.090, de 20 de agosto de 1970, que “estabelece normas de controle interno, fixa procedimentos de inspeção para o Serviço Público Federal”, aprova o Manual de Auditoria-Procedimentos na Administração Direta, Autarquias e Fundações, que tem por finalidade estabelecer os procedimentos que deverão ser observados na atividade da inspeção realizada no âmbito da Administração Direta.

5 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO

O paço Município de Irauçuba – CE foi fundado em 20 de Maio de 1957, através da aprovação da Lei de Nº 3.598, na gestão do Sr. Prefeito Walmar de Andrade Braga., estando localizada na Avenida Paulo Bastos nº 1370 centro. Tendo como Missão, Visão e Valores, os seguintes anseios:

- Missão: Promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável do Município de Irauçuba.

- Visão: Irauçuba ser reconhecida como uma cidade de ambiente prospero, com sintonia de seus agentes locais, focados em um futuro feliz para todos.

- Valores: Compartilhamento de ideias; Resiliência; ética: Responsabilidade Pública, Participação popular como Estratégia de Gestão eficaz; Sua estrutura organizacional conta com as seguintes secretarias:

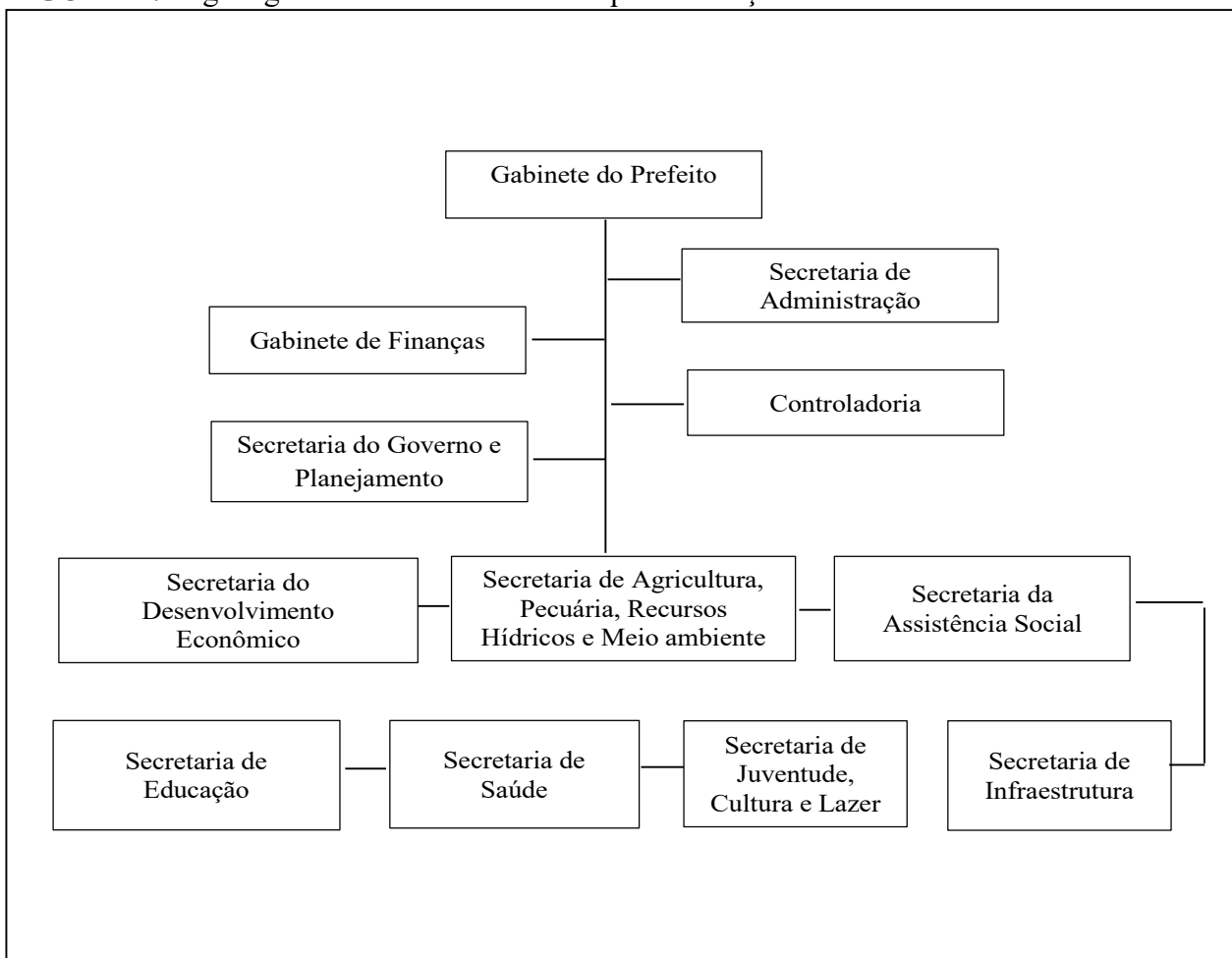
- Secretaria de Administração
- Secretaria de Ação Social
- Secretaria da Educação
- Secretaria de Finanças
- Secretaria de Governo e Planejamento
- Secretaria de Infraestrutura
- Secretaria da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer
- Secretaria de Saúde
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico
- Secretaria do Gabinete do Prefeito
- Secretaria do Seagri
- Controladoria

No que diz respeito aos seus artefatos, a Prefeitura Municipal de Irauçuba contém os seguintes:

- Brasão
- Bandeira
- Fardamento
- Hino
- Logomarca
- Maracas

Quanto ao quadro funcional, este conta atualmente é composto de 1.006 (mil e seis) funcionários, distribuídos de acordo com os organogramas a seguir:

FIGURA 1: Organograma da Prefeitura Municipal de Irauçuba:



Fonte: Prefeitura Municipal de Irauçuba (2018).

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados os resultados conforme os dados obtidos na pesquisa, com o objetivo de identificar de que forma a auditoria pode detectar possíveis erros e fraudes para avaliar no desenvolvimento das instituições com ênfase no sistema financeiro. A proposta do trabalho foi coletar os dados por meio do questionário de pesquisa que contém sete perguntas semiestruturadas, o qual foi encaminhado para os respondentes realizados no período de 28 de maio a 08 de junho de 2018.

6.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Neste item é feita a análise realizada no paço da Prefeitura Municipal de Irauçuba-CE, visando melhor entendimento com relação aos dados coletados. Faz-se necessário conhecer o perfil dos respondentes do estudo por gênero de sexo masculino e feminino, faixa etária, escolaridade, cargo que ocupa, renda familiar e tempo de entidade, no qual estão dispostos na Tabela 2.

TABELA 2: Perfil dos Respondentes

PERGUNTAS	VARIAVEIS	FREQUENCIA	%
Gênero	Masculino	1	33,34%
	Feminino	2	66,66%
Faixa Etária	20 a 30 anos	0	0%
	31 a 40 anos	3	100%
	Mais de 40 anos	0	0%
Nível de Instrução	Mestrado	0	0%
	Pós-Graduação	3	100%
	Ensino Superior Completo	0	0%
Cargo	Auditor	1	33,34%
	Contador	0	0%
	Controle	1	33,34%
	Secretaria de Finanças	1	33,34%
Renda Mensal	01 a 03 salários mínimos	0	0%
	04 a 05 salários mínimos	3	100%
	Mais de 06 salários mínimos	0	0%
Tempo na Entidade	01 a 05 anos	1	33,34%
	06 a 10 anos	0	0%
	De 11 a 15 anos	2	66,66%

Fonte: Pesquisa Direta/2018

Conforme a tabela 2 precedente, observou-se que de todos os entrevistados quanto ao gênero, a maioria são do sexo feminino 66,66%; a faixa etária esteve em sua totalidade distribuída aos profissionais com idade entre 31 e 40 anos 100%; igualmente como no que diz respeito a escolaridade dos entrevistados, onde 100% destes apontou possuir pós-graduação. Buscou-se na entrevista conhecer o cargo que os três profissionais ocupam, onde evidenciou-se que 33,34% ocupam cargo de auditor, 33,34% de controlador e igualmente 33,34% atua como secretário de finanças; sobre a renda mensal dos entrevistados, apresentou-se que 100% destes têm subsídio e/ou remuneração entre 04 a 05 salários mínimos mensais e constatou-se ainda que, 66,66% estão atuando na profissão há mais de 11 anos.

6.2 PERGUNTAS OBJETIVAS DA PESQUISA

Entende-se que, para bem cumprir os objetivos desta monografia foi preciso fazer uma análise dos dados coletados através da pesquisa de campo realizada junto aos entrevistados buscando subsidiar os resultados e/ou conclusões frente ao que fora apontado pelos mesmos, dando dessa forma, credibilidade a este estudo.

Diante do exposto, inicialmente foi questionado aos entrevistados como e por quais profissionais é realizada a auditoria interna na Prefeitura Municipal de Irauçuba-CE.

Na Prefeitura temos uma controladoria para verificar os métodos utilizados dentro da mesma, assim analisando e emitindo pareceres sobre os processos e atos administrativos da Prefeitura, juntamente com a auditoria da PMI (Prefeitura Municipal de Irauçuba), através do mapeamento da Matriz de Risco. (Controlador)

A auditoria é realizada por uma assessoria independente contratada pela gestão municipal, a qual realiza seu trabalho em parceria com o contador/auditor da própria PMI, podendo ocorrer de forma planejada ou extraordinária, tendo em vista que a auditoria tanto pode ser solicitada pelo próprio departamento de auditoria ou gestão do poder executivo, como também se fazer necessária devido a denúncia advinda pelo ministério público, câmara municipal, fiscalização dos membros da gestão municipal do plano anual de auditoria. (Contador/Auditor)

O atual gestor municipal por acreditar que uma auditoria realizada por uma equipe multiprofissional se torna mais fidedigna e conseqüentemente imprime menor margem de erros, opta por realizar a auditoria da PMI se fazendo valer dos setores de controladoria da própria PMI, auditoria e uma assessoria externa contratada para tanto, a qual é dada total liberdade de execução de serviços, bem

como credibilidade aos resultados encontrados. (Secretaria de Finanças/Contadora)

Analisando as informações repassadas pelos profissionais acima mencionados, é possível compreender que na Prefeitura Municipal de Irauçuba, o processo de auditoria pode ocorrer de forma planejada e/ou extraordinária, onde a seleção da auditoria planejada é resultado da metodologia adotada pelo departamento de auditoria e/ou pela gestão do poder executivo, que para tanto utiliza mapeamento baseado em risco – Matriz de Risco, a qual segundo o Estudo Mapeamento de Risco - Planejamento Estratégico em Auditoria - Arquivo Eletrônico, vem a ser uma ferramenta fundamental para a definição das auditorias prioritárias, as quais são definidas a partir da análise conjugada e comparativa dos fatores de risco relacionados às operações dos órgãos integrantes da Administração Municipal; já a auditoria realizada de forma extraordinária ocorre no âmbito da PMI quando têm sua origem em demandas do Chefe do Executivo Municipal, tendo portanto já definido o foco de atuação da auditoria. Quanto aos executores da realização da auditoria no âmbito da PMI, essa é regida pelo próprio departamento de auditoria a empresa em questão, como também por uma acessória independente, contando ainda com a colaboração do setor de controladoria da prefeitura aqui tratada. A forma da realização da auditoria na PMI, implica, segundo os entrevistados, na preocupação da gestão municipal com maior lisura possível em todo o processo de execução da mesma.

Em seguida, buscou-se conhecer qual a periodicidade do processo de auditorias na Prefeitura Municipal de Irauçuba.

Semestral. (Controlador)

De acordo com o planejamento departamento de auditoria da PMI, a auditoria deve ocorrer de forma semestral, contudo contamos com a possibilidade de auditorias extraordinárias. (Contador/Auditor)

Semestral, seguindo o planejamento do departamento de auditoria da PMI, o qual é flexível a alterações diante das possíveis demandas extraordinárias. (Secretaria de Finanças/Contadora)

Segundo os dados fornecidos pelos entrevistados deste estudo, o calendário da auditoria a ser realizada na PMI é elaborado pelo departamento de auditoria, onde este postula que a auditoria deve ocorrer semestralmente em tal entidade, contudo este mesmo calendário é passivo de modificações de acordo com o entendimento e/ou necessidade da gestão municipal.

Dando continuidade à entrevista, perguntou-se aos entrevistados qual a importância da auditoria na administração pública municipal de Irauçuba.

A auditoria interna é uma das ferramentas mais importantes para o controle administrativo. A ausência de controles adequados para empresas de estrutura complexa, assim como a administração pública, a expõe a inúmeros riscos, frequentes erros e desperdícios, possibilitando com isso a melhor utilização dos recursos públicos. (Controlador)

Na administração pública a auditoria se torna indispensável à medida que auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, em curto, médio e longo prazo. (Contador/Auditor)

A auditoria é de extrema importância para e na administração da PMI, pois entre tantas hipóteses positivas passíveis ao processo de auditoria, dentro da realidade da PMI, acredito que esta vem demonstrando sua expressividade em inúmeros aspectos. Suas maiores contribuições são: Respalda via demonstrativos necessárias modificações a serem realizadas em algumas áreas da gestão municipal, visando melhorias quanto situação orçamentária, financeira, econômica e patrimonial da entidade; da mesma forma apontar os acertos da administração da PMI, para que estes sejam reproduzidos e sempre que preciso, reformulados e, solicitar a manifestação dos diretores da auditada, por escrito, emitindo críticas a respeito dos dados e informações que constam no relatório de auditoria, para analisar o real conhecimento e empoderamento dos dados ali discutidos por aqueles que são de direito. (Secretaria de Finanças/Contadora)

Neste tocante, através dos dados fornecidos pelos entrevistados, entende-se que a realização da auditoria em um espaço de administração pública, especificamente na PMI, é vista como sendo de suma importância para a administração municipal, na medida em que visa o aperfeiçoamento do desempenho da administração pública municipal, em prol do o aprimoramento na utilização dos recursos públicos e o avanço no sistema de controle e gestão de processos de trabalho, de contratos e demais ajustes firmados, com o intuito de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle do governo, de forma a assistir a governança na consecução de seus objetivos estratégicos, a curto, médio e longo prazo.

Posteriormente, buscou-se saber dos entrevistados se a auditoria pode ser considerada uma ferramenta de gestão? Por quê?

Sim. Pois possibilita a gestão a tomar conscientemente determinadas decisões. (Controlador)

Sim. Porque funciona como uma ferramenta de prevenção a ações errôneas da administração pública, ou possíveis desgastes acarretados por tais ações, enquanto não percebidas com antecedência. (Contador/Auditor)

Na medida em que a auditoria faz com o que gestor municipal passe a conhecer de forma interina todas as áreas e consequentes ações que foram, estão sendo e/ou serão realizadas na empresa auditada, ela passa a ser. Sim uma ferramenta de gestão, pois sem ela tal conhecimento global das ações administrativas seria impossível. Enquanto a auditoria assume o papel de examinar, certificar com foco em ajustar/corrigir, ela assume função significativa na e/ou para qualquer gestão, que busca transparência e imparcialidade em suas ações. É importante salientar que tanto a auditoria como qualquer outra ferramenta de gestão só se torna viável na medida em que possui uma relação adequada entre seus custos/benefícios e apresentação de uma margem de segurança aceitável, fato este que ocorre com a auditoria aplicada na PMI. (Secretaria de Finanças/Contadora)

Os três profissionais entrevistados neste estudo, a saber: controlador, contador/auditor e secretária de finanças/contadora, percebem a auditoria como uma ferramenta de gestão, ao passo que está é utilizada para proporcionar auxílio direto a gestão municipal na sua consciência dos atos e ações administrativas vigentes, bem como em suas consequentes decisões frente a tais atos e ações. Ainda com base nas respostas obtidas através dos entrevistados, é possível entender que o processo de auditoria se torna eficaz e viável devido a sua credibilidade e relação adequada de custo/benefício. Enquanto ferramenta de gestão entende-se que estas auxiliam e apoiam a gerência na tomada de decisões para a resolução de problemas ou apenas para melhorar situações.

Feito isto, foi levantada a seguinte interrogativa aos entrevistados, quais os benefícios que a auditoria vem trazendo a Prefeitura Municipal de Irauçuba-CE?

Com a realização da auditoria interna na PMI houve significativa melhora na organização da documentação de todos os setores da PMI. Uma vez que os colaboradores passaram a se preocupar em manter um elevado nível de organização, a fim de atender as exigências do controle interno. (Controlador)

É de fácil constatação o quanto a auditoria vem acarretando positivamente o funcionamento administrativo da PMI, mas a meu ver o que merece destaque é a forma como a auditoria vem conseguindo realizar a padronização de processos internos. (Contador/Auditor)

Houve significativa melhora no sistema de gestão da qualidade da organização e na padronização e melhoria contínua dos processos administrativos. Com a auditoria, a observância das políticas, planos, procedimentos e leis passaram a ser mais asseguradas, além de que estar agregando no desenvolvimento da

execução de algumas tarefas de ordem administrativa, deixando-as com melhores índices de desempenho. (Secretaria de Finanças/Contadora)

Diante da interrogativa levantada e das consequentes devolutivas dos entrevistados desse estudo, apreendeu-se que a auditoria realizada na PMI vem acarretando inúmeros benefícios a empresa em questão, de forma a expandir seu potencial de ação a organização como um todo, inclusive no que diz respeito às suas políticas e leis.

Questionou-se ainda junto aos entrevistados quais as possíveis razões de um problema detectado no processo de auditoria se tornar recorrente?

Incapacidade de reelaboração do processo de trabalho. Cultura administrativa com vícios. Visão técnica e visão administrativas desencontradas. (Controlador)

Às vezes pode ocorrer que a existência de grande espaço de tempo entre a auditoria e emissão de relatórios da mesma, isso gera a sensação de que um problema é recorrente, enquanto na verdade este ainda nem fora pensado enquanto sua resolatividade, assim é importante que a auditoria seja eficiente no que diz respeito ao seu tempo de resposta. (Contador/Auditor)

Vários fatores podem acarretar na situação acima elucidada, tais como: descomprometimento da gestão; interferências políticas; ausência de comunicação e colaboração entre os setores responsáveis pela resolatividade ou não do problema apontado em auditoria; descumprimento de prazos; cultura administrativa enraizada e deturpada; servidores desqualificados (independentemente do nível hierárquico); ausência de real exigência da efetividade do que fora apontado pela auditoria, entre outros. (Secretaria de Finanças/Contadora)

Frente ao questionamento exposto acima, obteve-se diversas afirmativas dos entrevistados em resposta a mesma, tais como vícios na cultura administrativa, planejamento e execução desencontrados, relatórios robustos e distantes do período em que houve a auditoria, servidores desqualificados, entre outros. Percebeu-se com isso que, alguns pontos que são passíveis de descredibilizar a auditoria são de conhecimento superficial, no sentido de estar à superfície, pouco profundo e neste caso, visivelmente conhecido, querendo-se dizer com isso que, alguns problemas apontados pela auditoria se fazem recorrentes pela própria forma de realização da auditoria ou pela maneira com que se desenham os aspectos que a circundam, tais como exigência de monitoramento de execução do que é solicitado pela auditoria e relação entre tempo e resposta; e que tais problemas não são de tão elaborada correção, ou seja, a realização de

simples adequações passariam a credibilizar ainda mais o processo de auditoria da gestão municipal de Irauçuba.

Feito isto, se percebeu a necessidade de levantar o seguinte questionamento junto aos entrevistados: A auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Irauçuba pode se tornar mais eficiente? Caso sim, em quais aspectos?

Sim. Auditorias específicas, ocorrendo em menor espaço de tempo. (Controlador)

Sim, sempre! Maior agilidade na devolutiva. (Contador/Auditor)

Claro, sempre! Os agentes envolvidos na administração pública não devem perceber a auditoria como punitiva e sim como preventiva, assim como a auditoria deve introjetar tal posicionamento, gerando assim maior e melhor comunicação em todo seu processo junto a administração (setores, sendo específica). A auditoria deve apresentar relatórios dentro do prazo hábil, bem como tais relatórios devem ser cada vez mais focados, específicos e de simples compreensão, apresentando-se de maneira cordial, de forma a unificar a administração em prol de resultados satisfatórios e congruentes diante da missão, valores e visão da administração pública. (Secretaria de Finanças/Contadora)

Quando questionados sobre a eficiência da auditoria realizada na PMI, foi unânime o pensamento dos entrevistados, onde estes acreditam que a auditoria executada na prefeitura municipal de Irauçuba pode sim vir a tornar-se mais eficiente, fato este que respalda as respostas dos entrevistados mediante ao questionamento anterior. Avaliando a posição dos entrevistados frente a ambos os questionamentos se percebeu a inquietação referente ao tempo de devolutiva da auditoria, o qual em demaseio prejudica o processo, viabilidade e credibilidade da mesma em determinados aspectos, entre outros. Fazendo-se valer deste exemplo com relação ao tempo de resposta da auditoria acredita-se que a auditoria na PMI é vista como uma ferramenta passiva de conduzir a gestão municipal ao êxito mediante seus objetivos, contudo está assim como todo e qualquer artefato utilizado como manobra de auxílio a gestão administrativa deve ser executado observando as necessidades e deficiência não só do espaço físico estudado/trabalhado, mas sim da própria ferramenta e suas estratégias, mecanismos e maneiras de execução, em busca de aprimoramento, aprimoramento não apenas no que diz respeito aos aspectos gritantes, incômodos, mas sim e talvez principalmente, a questões pequenas e de tão pequenas são deixadas de lado e passam a acumular-se, tornando-se mais a frente grandes empecilhos em busca do sucesso administrativo.

CONCLUSÃO

A Auditoria Contábil é uma ferramenta na contabilidade utilizada pelo os contadores/auditores em busca de identificar e analisar possíveis erros e fraudes que venham a surgir no órgão público ou no controle interno da empresa que foi abordado e realizado esta auditoria.

A procura incansável da empresa por uma gestão eficaz e consequentes índices adequados a produção, não se restringe apenas a instituições privadas, dentro da administração tal busca se apresenta tão acentuada quando seja por razões meramente administrativas, ou por questões de cunho governamental, o que implica diretamente em fiscalizações. Nestas circunstâncias, destacou-se que a pesquisa obteve a seguinte problemática: quais as ferramentas da contabilidade que o auditor pode utilizar para detectar possíveis erros ou fraudes que venham a surgir em empresa de ordem pública?

A utilização das ferramentas que auxiliam no processo administrativo, seja este referente a tomada de decisão, levantamento de dados internos e externos, informações físicas, financeiras e contábeis. Neste sentido a contabilidade se destaca na medida ou que é uma ciência cuja função principal é fornecer informações precisas e responsável para que as decisões sejam tomadas com o máximo de segurança. As informações e dados fornecidos pela contabilidade representam ferramentas de gestão que servirão de apoio e suporte na tomada de decisão, devendo fazer parte da rotina empresarial.

Este estudo aborda a auditoria em sua modalidade interna, uma vez que o objeto de trabalho é a auditoria aplicada na prefeitura municipal de Irauçuba/CE. Após a realização da pesquisa bibliográfica juntamente com a aplicação da entrevista aos colaboradores deste trabalho, tornou-se possível concluir que a auditoria interna na Prefeitura Municipal de Irauçuba conta com o suporte de uma assessoria independente e uma controladoria, possibilitando a realização da auditoria no controle interno, fazendo assim com que a empresa tenha uma visão mais ampla do seu patrimônio, além de maior consciência de suas decisões e/ou ações organizacionais, além de alicerçar os administradores da empresa, através de suas técnicas e procedimentos específicos.

Assim, este estudo buscou comprovar a importância da auditoria interna no processo decisório das organizações. A pesquisa bibliográfica de abordagem, qualitativa e descritiva foi fundamental para alcançar o objetivo geral.

As empresas estão de modo específico se deparando com muitos desafios e buscando soluções para a tomada de decisões com maior eficácia, devendo ainda manter um sistema de controle que envolva um processo de planejamento de forma a garantir a gestão, integridade da organização. A chave para a solução destes problemas pode estar na criação de Auditorias Internas. Esta atividade deve estar em mudança constante, acompanhando a evolução da organização e focando no interesse da gestão.

Portanto evidenciam-se que no mundo em que vivenciamos, onde a globalização da economia se faz presente, e os procedimentos empírico, rudimentares ou simplesmente técnicos, não são suficientes para a sobrevivência organizacional. O que se requer atualmente é a adoção de um monitoramento permanente de uma auditoria interna moderna e ágil, voltada para todos os aspectos da gestão administrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

AZEVEDO, Fábio Cunha. **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: um estudo de caso sobre a divulgação de conteúdo nas páginas da transparência eletrônica ativa da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó – RN**. Curso de Ciências Contábeis. Monografia. (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 19/98 e Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94**. Edição atualizada em 1998, Brasília – DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

COSTA, Raquel. **A contribuição da ciência contábil para a preservação do meio ambiente**. 2002. Disponível em: <<http://www.especiais.valoronline.com.br>> Acesso em: 10. Abril. 2018.

CUNHA, Lidiane. **AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DO SETOR DE RESOURARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**. Curso de Ciências Contábeis. Monografia. (Graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Auditoria Contábil, consertos e aplicações**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2023

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de Contabilidade e normas Brasileiras de Contabilidade**. CFC.3 ed. Brasília, DF, 2008.

FAVERO, Hamilton Luiz; et. al. **Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas. 1997.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender contabilidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2004.

FRANCO, Hilário. Auditoria contábil. 4. ed. atual. São Paulo:Atlas, 2001

FRANCO, H.; MARRA, E. Auditoria Contábil. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HORNGREN, Charles T; SUNDEM, Gary L; STRATTON, Willian O., **ContabilidadeGerencial**. 12. ed. São Paulo: Prendice Hall, 2004.

INSTITUTO DE AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. **Auditoria Interna**.2.ed. São Paulo: Atlas, 1971.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal. Tesouro Federal, Brasília. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Data de acesso: 07 de abril de 2018.

LEOPARDI, Maria Tereza. **Fundamentos gerais da produção científica**. In: Leopardi M.T. Metodologia da pesquisa em saúde. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do Gespública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Administração e Contabilidade: amálgama para a prosperidade**. 22 ago. 2008.

MACÊDO, João Marcelo Alves et. al. **Informação Contábil: usuário interno, externo e o conflito distributivo**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.1, set./dez., 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARQUES, Bárbara Cardoso. **As qualidades das informações contábeis, evidenciadas nas demonstrações recebidas pela agência de Itapetinga do Banco do Nordeste do Brasil em 2014/2015, e suas influências no estudo do limite de crédito de clientes pessoas jurídicas**. Curso de Contabilidade. Monografia.(Graduação). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2006.

MANSOLDO, Mary Cristina Neves. **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MODELOS ADMINISTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: o princípio da eficiência no**

atendimento público. Curso de Direito. Monografia. (Graduação). Universidade José do Rosário Vellano. Faculdade de Direito, Belo Horizonte – MG, 2009.

MARTINELLI **Audidores. Curso básico de auditoria interna.** Campinas: UNICAMP, 2002.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração.** 5ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 28. ed. São Paulo, Malheiros, 2003.

MODESTO, P. **Notas para um debate sobre o princípio da eficiência.** Revista Interesse Público, Salvador, n. 2, 2001.

MORAES, A. de. **Direito constitucional.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, D. C. **Análise de Conteúdo Temático Categorial: Uma proposta de sistematização.** Ver. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

PADOVEZE, Clóvis, Luís. **Contabilidade Gerencial.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PINHEIRO, Geraldo José; CUNHA, Luís Roberto Silva. **A importância da auditoria na detecção de fraudes.** Contabilidade Vista & Revista. Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 31-48, abr. 2003.

RIBEIRO FILHO, J. F., Lopes, J., & Pederneiras, M. **Estudando teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

ROESCH, Sylvania Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 3º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ, António Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAINT-PIERRE, H. **Max Weber: entre a paixão e a razão.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

SANTOS, Maria Paula G. dos. **Políticas públicas e sociedade.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

TASSO, Carla Cristina. **A importância da contabilidade nas estratégias das empresas**.

Artigo publicado pela FISCOSoft em 08 de abril de 2005. Disponível em:

<<http://www.fiscosoft.com.br/main>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS DO VALE DO ACARAÚ- IVA CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TEMA: O USO DA AUDITORIA COMO FERRAMENTA DA CONTABILIDADE PARA AUXILIAR NA MELHOR EXECUÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA-CE

Objetivo

Você está recebendo um questionário referente ao tema em estudo. Esta pesquisa faz parte de um trabalho de conclusão de curso de graduação. Ao respondê-lo você estará contribuindo para o desenvolvimento deste estudo.

Não é necessário se identificar, além disso, garantimos o sigilo total das suas respostas individuais.

Desde já, agradeço a participação e a colaboração.

PERFIL DO RESPONDENTE

1. Gênero:

- a) () Masculino
- b) () Feminino

2. Faixa etária:

- a) () 20 a 30 anos
- b) () 31 a 40 anos
- c) () Mais de 40 anos

3. Grau de Instrução:

- a) () Mestrado
- b) () Pós Graduação

c) () Ensino Superior Completo

4. Cargo que ocupa:

- a) () Auditor
- b) () Contador
- c) () Controle
- d) () Outros

5. Renda Mensal:

- a) () De um a três salários mínimos
- b) () De quatro a seis salários mínimos
- c) () Mais de seis salários mínimos

6. Tempo de serviço prestado a empresa:

- a) () De 1 a 5 anos
- b) () De 6 a 10 anos
- c) () De 11 a 15 anos

PERGUNTAS OBJETIVAS DO ESTUDO

1 - Como e por quais profissionais é realizada a auditoria interna na Prefeitura Municipal de Irauçuba?

2- Qual a periodicidade do processo de auditorias na Prefeitura Municipal de Irauçuba?

3- Qual a importância da auditoria na administração pública municipal de Irauçuba?

4- A auditoria pode ser considerada uma ferramenta de gestão? Por quê?

5- Quais os benefícios que a auditoria vem trazendo a Prefeitura Municipal de Irauçuba – CE?

6- Quais as possíveis razões de um problema detectado no processo de auditoria se tornar recorrente?

7- A auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Irauçuba pode se tornar mais eficiente? Caso sim, em que aspectos?